



BANCO DA AMAZÔNIA

FNO
FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO
DO NORTE
(LEIS Nº 7.827/1989, Nº 9.126/1995 e Nº 10.177/2001)

RELATÓRIO DE GESTÃO
Exercício 2003



1	NATUREZA DO FNO	5
2	PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO DO FNO	6
3	RESULTADOS ESPERADOS	8
3.1	METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS	10
3.2	OBJETIVOS	11
4	MOVIMENTAÇÃO DE RECURSOS	12
5	DESEMPENHO OPERACIONAL	14
6	RESULTADO FINANCEIRO	18
7	RESULTADO FISCAL	18
8	AÇÕES VISANDO REDUÇÃO DA INADIMPLÊNCIA	19
9	IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS	20
9.1.	CRESCIMENTO ECONÔMICO	21
9.2.	INCENTIVO AO COMÉRCIO E À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	21
9.3.	PRIORIDADE AO PEQUENO PRODUTOR/EMPRESÁRIO	21
9.4.	FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR	22
9.5.	FORTALECIMENTO DAS PARCERIAS INSTITUCIONAIS	24
9.6.	INSERÇÃO DE MERCADOS	24
10	METODOLOGIA PARA AFERIÇÃO DE RESULTADOS	25
11	SISTEMA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO FUNDO	26
12	AÇÕES DE SUPORTE À EFICIÊNCIA DO CRÉDITO	27
13	NORMAS PARA ESTRUTURAÇÃO E PADRONIZAÇÃO DOS BALANÇOS	30
14	ATENDIMENTO ÀS RECOMENDAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE	30
15	ACOMPANHAMENTO DE ACÓRDÃO Nº 175/2002 - TCU	30

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE

RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício de 2003

O Banco da Amazônia S.A., em observância à Instrução Normativa SFC/MF N.º 02, de 20/12/2000, apresenta o **Relatório de Gestão** do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), compondo o processo de Prestação de Contas do Exercício de 2003.

1 NATUREZA DO FNO

O Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) foi instituído pelo artigo 159, inciso I, alínea “c”, da Constituição Federal e regulamentado pela Lei nº 7.827, de 27/09/1989, com alterações das Leis n.º 9.126, de 10/11/1995 e nº 10.177, de 12/01/2001. A administração de seus recursos cabe regionalmente ao Banco da Amazônia.

A aplicação dos recursos observa o planejamento elaborado em conjunto com órgãos públicos e entidades classistas, estabelecido em encontros técnicos realizados anualmente pelo Banco da Amazônia na Região, observando diretrizes legais e as orientações do Ministério da Integração Nacional, Plano Plurianual (PPA) 2000-2003 do Governo Federal e preceitos de desenvolvimento sustentável, visando alcançar a eficiência alocativa, bem como solucionar problemas estruturais internos detectados nos Estados.

Assim, são observadas as seguintes diretrizes para os programas de financiamento do FNO:

- a) concessão de financiamentos aos setores produtivos privados da Região;
- b) apoio à criação de novos centros, atividades e pólos dinâmicos, notadamente, em áreas interioranas, que estimulem a redução das disparidades intra-regionais de renda;
- c) tratamento preferencial às atividades produtivas de pequenos e miniprodutores rurais e pequenas e microempresas;
- d) prioridade para produção de alimentos básicos destinados ao consumo da população, bem como, aos projetos de irrigação, quando pertencentes a produtores rurais, suas associações e cooperativas;
- e) uso de tecnologia compatível com a preservação/conservação do meio ambiente;
- f) conjugação de crédito com a assistência técnica, no caso de setores tecnologicamente carentes;

- g) uso criterioso dos recursos e a adequada política de garantias, com limitação das responsabilidades de crédito por cliente e grupo econômico, de forma a atender a um universo maior de beneficiários e assegurar racionalidade, eficiência, eficácia e retorno às aplicações;
- h) adoção de prazos e carências, limites de financiamento, juros e outros encargos diferenciados ou favorecidos, em função dos aspectos sociais, econômicos, tecnológicos e espaciais dos empreendimentos;
- i) proibição de aplicação de recursos a fundo perdido;
- j) ação integrada com instituições federais, estaduais, municipais e outras representativas dos setores produtivos, sediadas na Região, objetivando o fortalecimento das parcerias, necessárias à correta aplicação do crédito;
- k) projetos cujas atividades e localização sejam convergentes com aquelas objeto de Programas constantes no Plano Plurianual 2000-2003 (Avança Brasil);
- l) projetos de infra-estrutura econômica localizados em áreas pioneiras e de expansão da fronteira agrícola;
- m) projetos de uso intensivo de matérias-primas e mão-de-obra locais;
- n) projetos que promovam a modernização de atividades econômicas tradicionais objetivando o incremento qualitativo de seus processos produtivos, para minimizar impactos ambientais negativos e para dar maior eficiência à produção;
- o) projetos que contemplem a adição de valor à produção regional mediante formação e adensamento de cadeias produtivas ligadas à estruturação de complexos, com destaque aos de oleaginosas, mínero-metalúrgico, couros e peles, laticínios, pesca, fruticultura, têxteis, fármacos, florestal-madeireiro e pedras semipreciosas.

2 PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO DO FNO

No ano de 2003, 13 programas de financiamento foram operacionalizados, atendendo atividades econômicas dos setores rural, industrial e comércio e serviços, cujas bases e condições são as seguintes:

PROGRAMAS
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) - Destinado a apoiar, financeiramente, o desenvolvimento de atividades produtivas, capazes de dar sustentação econômica à família nos programas oficiais de assentamento, colonização e reforma agrária, aprovados pelo INCRA.
Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Extrativismo Vegetal

<p>(PRONAF/PRODEX) - Voltado aos agroextrativistas, suas associações e cooperativas, visando promover mudanças no perfil da economia nas áreas tradicionais de extrativismo vegetal, através da racionalização do uso dos recursos naturais, da implantação de sistemas agroflorestais, do incentivo à verticalização da produção local e do estímulo às práticas agroflorestais, que potencializem os serviços ambientais das áreas extrativistas, propiciando oportunidades de trabalho às famílias, como meio de mitigar o êxodo rural.</p>
<p>Programa de Apoio à Pequena Produção Familiar Rural Organizada (PRONAF/PRORURAL) - Tem como objetivos possibilitar aos produtores familiares o acesso ao crédito rural; fortalecer o associativismo; gerar oportunidades de trabalho aos rurícolas; dotar essa agricultura dos meios para acessar os mercados com eficiência; apoiar a verticalização da pequena produção, como meio de garantir sustentabilidade; e proporcionar novos conhecimentos tecnológicos.</p>
<p>Programa de Desenvolvimento Rural (PRODERUR) - Induz produtores/empresas a considerar o meio ambiente como negócio; incentiva a utilização de áreas alteradas/degradadas com sistemas sustentáveis de usos alternativos do solo; prioriza sistemas de produção que incorporem tecnologias mitigadoras de impactos ambientais; contribui para a formação da infra-estrutura de apoio à produção e acesso aos mercados, bem como apóia a verticalização da produção e a capacitação de recursos humanos voltados para a gestão de negócios agropecuários e agroflorestais.</p>
<p>Programa de Apoio ao Desenvolvimento Florestal (PROFLORESTA) – Tem por objetivo financiar as atividades de manejo florestal sustentável, integrado ao processo de industrialização da madeira, sistemas agroflorestais e reflorestamento para reabilitação de áreas alteradas, beneficiamento de produtos não-madeireiros e pesquisas tecnológicas aplicadas ao setor florestal.</p>
<p>Programa de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (PROMIPEQ) - Objetiva a implantação, ampliação, modernização e realocação de microempresas regionais, que desenvolvam atividades nos setores agroindustrial, industrial e de turismo, através de crédito simplificado e com condições diferenciadas, beneficiando esse segmento e proporcionando a expansão e a diversificação das atividades econômicas e o crescimento do mercado interno regional.</p>
<p>Programa de Desenvolvimento Industrial (PRODESIN) - Destinado a promover a implantação, ampliação, modernização e realocação de empreendimentos industriais na Região; incentivar empreendimentos não-governamentais que visem implantar, expandir, recuperar ou melhorar a infra-estrutura econômica e apoiar ações empresariais de capacitação dos recursos humanos voltadas para a adoção de novas técnicas de produção e de gestão empresarial.</p>
<p>Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria (PROAGRIN) - Financia as atividades de transformação ou beneficiamento de matéria-prima "in natura" de origens agrícolas, florestais e pecuárias, induzindo a formação da cadeia produtiva e a consolidação de pólos, complexos</p>

e projetos agroindustriais na Região.
Programa de Desenvolvimento do Turismo Regional (PRODETUR) - Voltado para promover o desenvolvimento turístico na Região, valorizando as iniciativas empresariais nas atividades dos segmentos de ecoturismo e de turismo convencional, tendo por objetivo apoiar a implantação, ampliação, reforma e modernização de empreendimentos nesse setor, respeitando as bases do turismo sustentável e contribuindo para a consolidação dos pólos de ecoturismo na Amazônia.
Programa de Apoio à Exportação (FNO-EXPORTAÇÃO) - Promotor da implantação, ampliação, modernização e realocização de empresas exportadoras do setor produtivo regional, financiando a produção e a comercialização de bens destinados ao mercado externo, reforçando os recursos de capital de giro e ativo fixos das empresas, em condições compatíveis com o mercado internacional, visando a conquista de consumidores externos para os produtos da Região.
Programa de Apoio ao Comércio e à Prestação de Serviços (COMSERV) - Programa criado com o objetivo de financiar a implantação, ampliação, modernização, realocização e sustentação de empreendimentos do setor de comércio e serviços, como elo da cadeia produtiva regional.
Programa de Apoio à Infra-estrutura Econômica (PROINFRA) - Programa criado com o objetivo de contribuir para melhorar a infra-estrutura econômica regional, voltada ao apoio de atividades produtivas. Esse programa incentiva empreendimentos que visem a geração de energia, distribuição de energia alternativa ou processo de conservação de energia elétrica; apóia projetos não-governamentais que visem implantar, ampliar, recuperar ou melhorar a infra-estrutura econômica; e estimula ações empresariais de capacitação dos recursos humanos voltadas para a adoção de novas técnicas de produção e de gestão empresarial.
Programa de Eficiência Energética (PROENERG) - Criado com o objetivo de garantir a auto-suficiência na geração ou buscar meios de obter a redução do padrão de consumo de energia elétrica das empresas.

3. RESULTADOS ESPERADOS

Para o exercício de 2003, a estimativa total de recursos financeiros do Fundo foi de R\$ 600,6 milhões, para contratação de operações de crédito, conforme previsto no Plano de Aplicação 2003-2005 e a seguir especificado:

Estimativa de reembolso de créditos em 2003	R\$ 248,1 milhões
- Amortização de contratos.....	R\$ 199,4 milhões
- Atualização monetária do disponível.....	R\$ 48,7 milhões
Estimativa de ingressos via repasse STN.....	R\$ 532,2 milhões

Estimativa de despesas em 2003	R\$ 179,7 milhões
- Taxa de administração	R\$ 106,4 milhões
- Del-credere	R\$ 73,2 milhões
- Auditoria externa	R\$ 0,1 milhões
TOTAL.....	R\$ 600,6 milhões

Esses recursos tiveram a seguinte distribuição:

PREVISÃO DE RECURSOS		
<i>Estados</i>	<i>%</i>	<i>Valor (R\$ milhões)</i>
Acre	10	60,05
Amapá	10	60,05
Amazonas	15	90,09
Pará	25	150,17
Rondônia	15	90,08
Roraima	10	60,05
Tocantins	15	90,08
Total	100	600,57

PROPOSTA DOS ESTADOS PARA DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DOS RECURSOS

PROGRAMAS	UF						
	AC	AM	AP	PA	RO	RR	TO
PRONAF	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0
PRONAF/PRODEX	10,0	8,0	5,0	5,0	1,0	4,0	0,5
PRONAF/PRORURAL	20,0	7,0	8,0	20,0	20,0	21,0	5,0
PRODERUR	20,0	10,0	30,0	15,0	24,0	25,0	54,0
PROFLORESTA	5,0	8,0	5,0	5,0	5,0	4,0	0,5
PROMIPEQ	13,7	14,8	9,0	7,1	8,3	9,2	6,1
PRODESIN	1,4	7,0	5,6	10,2	4,8	8,0	5,1
FNO-EXPORTAÇÃO	0,0	4,8	0,9	1,8	2,7	3,0	0,4
PROINFRA	3,2	2,0	3,0	8,0	3,0	1,0	3,8

PROENERG	4,0	2,0	3,0	3,0	3,0	1,0	3,0
PROAGRIN	1,2	4,4	7,0	2,8	7,0	1,8	1,0
PRODETUR	1,5	12,0	3,5	2,1	1,2	2,0	0,6
COMSERV	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Essas metas de aplicação de recursos por Unidade da Federação e setores produtivos constituem, apenas, um balizamento para o planejamento da atuação do FNO, sendo passíveis de serem alteradas de acordo com a dinâmica do desenvolvimento regional, decorrente da intervenção planejada dos diversos níveis de Governos.

O atingimento das metas pressupõe a realização de um conjunto de ações (previstas nos Planos Estaduais de Aplicação Anual dos Recursos) e de múltiplas parcerias do Banco da Amazônia em todos os níveis institucionais, de modo a desenvolver um processo participativo com os agentes e atores do desenvolvimento regional, visando maximizar a eficiência do instrumento creditício como fator para minimizar as desigualdades intra e inter-regionais.

A aplicação dos recursos do FNO na Região, através da concessão de financiamentos às atividades produtivas, objetiva alcançar as seguintes metas:

3.1 METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ano	Recursos a Alocar (R\$ milhões)			Quantidade de Beneficiários/ Projetos a Financiar			Quantidade de Empregos a Gerar			Aumento no Valor Bruto da Produção (R\$ milhões)		
	Rural	Indust.	Com. e Serviços	Rural	Indust.	Com. e Serviços	Rural	Indust.	Com. e Serviços	Rural	Indust.	Com. e Serviços
2003	350,75	189,79	60,08	24.206	2.397	317	83.811	11.137	3.187	609,08	323,60	78,27

A dotação estimada de recursos, da ordem de R\$ 600,6 milhões, mereceu a seguinte previsão de alocação por programa de financiamento e por estado:

PROGRAMAS	R\$ Milhões							
	AC	AM	AP	PA	RO	RR	TO	TOTAL
- PRONAF	6,01	9,01	6,01	15,02	9,01	6,01	9,01	60,08
- PRONAF/PRORURAL	12,01	6,30	4,80	30,03	18,02	12,61	4,50	88,27

- PRONAF/PRODEX	6,01	7,21	3,00	7,51	0,90	2,40	0,45	27,48
- PRODERUR	12,01	9,01	18,02	22,52	21,62	15,01	48,65	146,84
- PROFLORESTA	3,00	7,21	3,00	7,51	4,50	2,40	0,45	28,07
- PROMIPEQ	8,20	13,38	5,41	10,66	7,48	5,53	5,51	56,17
- PRODESIN	0,86	6,31	3,36	15,34	4,32	4,80	4,62	39,61
- PROAGRIN	0,72	3,96	4,20	4,20	6,31	1,08	0,90	21,37
- PRODETUR	0,90	10,81	2,10	3,15	1,08	1,20	0,54	19,78
- PROINFRA	1,92	1,80	1,80	12,01	2,70	0,60	3,42	24,23
- PROENERG	2,40	1,80	1,80	4,50	2,70	0,60	2,70	16,5
- FNO-EXPORTAÇÃO	0,00	4,28	0,54	2,70	2,43	1,80	0,32	12,07
- COMSERV	6,01	9,01	6,01	15,02	9,01	6,01	9,01	60,08
TOTAL	60,05	90,09	60,05	150,17	90,08	60,05	90,08	600,57

Fonte: BASA/Plano de Aplicação de Recursos 2003-2005

Para o alcance dessas metas, foi considerada a possibilidade de condições favoráveis para o desenvolvimento de ações induzidas no sistema de alocação dos recursos, objetivando perseguir a eficiência do crédito e a superação das dificuldades em relação aos aspectos de serviços de assistência técnica e extensão rural, suporte tecnológico, infra-estrutura de apoio à produção, oferta de insumos e organização dos produtores. Nesse sentido, a função dos estados e dos municípios é de fundamental importância no processo de desenvolvimento regional.

3.2 OBJETIVOS

a) Na Economia Regional

- 1) Aumentar o valor agregado bruto regional;
- 2) Aumentar a arrecadação de impostos e taxas;
- 3) Aumentar a oportunidade de emprego, de ocupação de mão-de-obra e da massa salarial;
- 4) Diminuir o êxodo rural pelo estímulo à permanência do homem no campo;
- 5) Introduzir tecnologias capazes de superar o estado de atraso da economia regional;
- 6) Contribuir para o aumento dos excedentes exportáveis;
- 7) Internalizar renda a partir da verticalização da produção das matérias-primas, através de estímulos às agroindústrias e indústrias regionais;
- 8) Minimizar as desigualdades internas da Região através de incentivo à formação de novos pólos econômicos no interior;

- 9) Melhorar o abastecimento interno de produtos básicos;
- 10) Promover a auto-sustentabilidade dos empreendimentos econômicos regionais; e
- 11) Estimular o aproveitamento econômico da flora regional.

b) Aos Beneficiários

- 1) Proporcionar a elevação da renda real do produtor, através do acréscimo da taxa de lucro;
- 2) Melhorar a qualidade de vida do produtor rural e do empresário industrial e de seus familiares e empregados; e
- 3) Criar oportunidades para a utilização da mão-de-obra dos membros das famílias dos mini e pequenos produtores.

c) Ao Consumidor

- 1) Contribuir para a maximização da renda dos consumidores, como reflexo da redução dos preços relativos dos produtos agrícolas e industriais; e
- 2) Melhorar o bem-estar social da população em termos de padrão alimentar.

d) Ao Meio Ambiente

- 1) Proporcionar mecanismos de reabilitação de áreas alteradas, ou em vias de degradação, mediante a adoção de tecnologias apropriadas;
- 2) Promover o desenvolvimento da Região, de forma econômica e ecologicamente sustentável;
- 3) Conter o avanço do desmatamento desordenado.

e) Ao Banco da Amazônia S. A.

- 1) Fortalecer a instituição e promover a sua consolidação como agente financeiro fomentador do desenvolvimento socioeconômico da Amazônia.

4 MOVIMENTAÇÃO DE RECURSOS

No Exercício de 2003, o Governo Federal repassou à conta do FNO, via Secretaria do Tesouro Nacional (STN), recursos da ordem de **R\$ 597.170,29 mil**, conforme indica a **tabela 1**.

TABELA 1 VALORES REPASSADOS PARA O FNO EM 2003

R\$ mil

MÊS	VALOR REPASSADO
Janeiro	-
Fevereiro	-
Março	-
Abril	-
Maió	264.524,43
Junho	28.719,20
Julho	65.880,35
Agosto	63.230,63
Setembro	46.469,29
Outubro	28.443,11
Novembro	63.377,15
Dezembro	36.526,13
Total	597.170,29

Fonte: BASA/Gerência de Controladoria

Os valores repassados via STN possibilitaram que a disponibilidade de recursos para o Exercício de 2003 fosse de R\$ 1.104.062 mil, assim pormenorizados:

(+) Repasses via STN	R\$ 597.170 mil
(+) Reembolsos	R\$ 419.086 mil
(+) Remuneração do Disponível	R\$ 85.787 mil
(+) Cobertura de Aval	R\$ 2.019 mil
Total de entradas no Exercício de 2003	R\$ 1.104.062 mil

As disponibilidades totais chegaram a **R\$ 1.497.932 mil**, sendo R\$ 1.104.062 mil referentes às entradas em 2003 e R\$ 393.870 mil correspondente ao saldo disponível em 31.12.2002.

As saídas totalizaram **R\$ 1.132.492 mil**, assim discriminadas:

(-) Desembolsos	R\$ 942.468 mil
(-) Recuperação op. compensadas	R\$ 355 mil
(-) Recuperação op. indenizadas	R\$ 5.376 mil
(-) Taxa de Administração	R\$ 119.434 mil
(-) Despesas de Auditoria	R\$ 99 mil

(-) Del credere R\$ 63.271 mil

(-) Del credere de op. CL-BASA renegociadas R\$ 1.489 mil

O saldo disponível ao final do exercício de 2003 foi de **R\$ 365.440 mil**, sendo que R\$ 322.009 mil corresponde ao valor comprometido com parcelas a liberar e R\$ 183.607 mil com operações deferidas a contratar, gerando uma disponibilidade líquida negativa em 31.12.2003 de R\$ 140.176 mil.

Significa, assim, dizer que as operações deferidas a contratar ao final do exercício de 2003 só poderão ser contratadas mediante disponibilidade de recursos no próximo ano fiscal.

5 DESEMPENHO OPERACIONAL

No exercício de 2003, foram contratadas **23.587** operações de crédito, totalizando **R\$ 1.075.123,3 mil**. O setor rural demandou a maior parte dos recursos, com **63,47%** dos valores contratados.

TABELA 2 OPERAÇÕES CONTRATADAS POR SETOR ECONÔMICO EM 2003
R\$ mil

Setores	Nº Operações	%	Valor	%
Rural	22.803	96,68	682.375,8	63,47
Industrial	529	2,24	335.743,5	31,23
Comércio e Serviços	255	1,08	57.006,0	5,30
Total	23.587	100,00	1.075.125,3	100,00

Fonte: BASA/Sist. Controle de Operações

Na **tabela 3**, verifica-se presente a prioridade no atendimento aos segmentos de menor porte, que respondem por 89,2% das operações contratadas, o que evidencia a observância às diretrizes do FNO, na valorização das atividades produtivas de mini e pequenos empresários rurais e micro e pequenas empresas, com ênfase para os programas destinados ao apoio da pequena produção regional (PRONAF, PRONAF-PRODEX, PRONAF-PRORURAL e PROMIPEQ).

TABELA 3 OPERAÇÕES CONTRATADAS POR PORTE DO BENEFICIÁRIO EM 2003

Porte / Setor	RURAL				INDUSTRIAL				COMÉRCIO E SERVIÇOS				TOTAL			
	Nº OP.	%	R\$ mil	%	Nº OP.	%	R\$ mil	%	Nº OP.	%	R\$ mil	%	Nº OP.	%	R\$ mil	%

Mini/micro	20.028	87,8	234.331,1	34,3	14	2,6	778,1	0,2	49	19,2	2.487,9	4,4	20.091	85,2	237.597,1	22,1
Pequeno	723	3,2	36.513,4	5,4	55	10,4	8.382,0	2,5	138	54,1	21.467,9	37,7	916	3,9	66.363,3	6,2
Médio	1.636	7,2	209.000,1	30,6	71	13,4	50.165,1	14,9	63	24,7	24.642,6	43,2	1.770	7,5	283.807,9	26,4
Grande	402	1,8	184.604,8	27,1	389	73,5	276.418,3	82,3	5	2,0	8.407,5	14,7	796	3,4	469.430,6	43,7
Cooperativas	14	0,1	17.926,4	2,6	0	0,0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0	14	0,1	17.926,4	1,7
Total	22.803	100,0	682.375,8	100,0	529	100,0	335.743,5	100,0	255	100,0	57.006,0	100,0	23.587	100,0	1.075.125,3	100,0

Fonte: BASA – Sist.Controle de Operações

A existência de condições especiais para o apoio à pequena produção, como prazos de carência e de pagamento; redução nos encargos financeiros, cuja variação se dá de acordo com a modalidade do crédito e a natureza da atividade contemplada pelos programas de financiamento; sistema de garantias; e limite máximo financiável (até 100% dos planos de negócios) justificam a demanda por esses programas.

A distribuição espacial dos recursos por setor econômico é identificada através da **tabela 4**. A demanda por financiamentos está diretamente relacionada à existência de zonas de fronteira agrícola em contínuo crescimento; crescimentos vegetativos localizados; facilidades de acesso aos mercados do Centro-Sul e Nordeste do País; e melhores condições de infra-estrutura, entre outros fatores.

TABELA 4 OPERAÇÕES CONTRATADAS POR ESTADO E POR SETOR ECONÔMICO EM 2003
R\$ mil

ESTADO	Rural		Industrial		Comércio e Serviços		Total	
	Nº OP.	R\$ mil	Nº OP.	R\$ mil	Nº OP.	R\$ mil	Nº OP.	R\$ mil
Acre	921	32.352,0	16	2.861,5	19	4.584,7	956	39.798,2
Amapá	55	1.914,8	1	187,6	6	1.820,2	62	3.922,6
Amazonas	1.330	23.012,8	25	61.451,3	32	10.339,1	1.387	94.803,2
Pará	10.001	265.226,3	404	248.947,6	75	21.906,0	10.480	536.079,9
Rondônia	6.160	126.677,3	57	17.204,0	63	9.456,5	6.280	153.337,8
Roraima	179	9.673,6	10	2.422,2	23	1.659,4	212	13.755,3
Tocantins	4.157	223.519,0	16	2.669,3	37	7.240,2	4.210	233.428,4
Total	22.803	682.375,8	529	335.743,5	255	57.006,0	23.587	1.075.125,3

Fonte: BASA - Sist.Controle de Operações

Considerando a aplicação dos recursos pelo número de habitantes, os estados que mais se destacaram, no ano de 2003, foram Tocantins, Rondônia e Pará. Já, quanto à distribuição dos recursos conforme a extensão territorial dos estados, Tocantins, também, é o que mais se destaca, seguido por Rondônia e Pará, conforme mostra a **tabela 5**.

TABELA 5 RECURSOS APLICADOS POR HABITANTE E EXTENSÃO TERRITORIAL EM 2003

ESTADO	RECURSOS	POPULAÇÃO (Nº)	EXTENSÃO	R\$/Hab.	R\$/Km2
--------	----------	----------------	----------	----------	---------

	APLICADOS (R\$ mil) (a)	DE HAB) (b)	TERRITORIAL (Km2) (b)		
Acre	39.798,2	573.267	152.522,0	69,42	260,93
Amapá	3.922,6	498.158	142.815,8	7,87	27,47
Amazonas	94.803,2	2.892.420	1.570.946,8	32,78	60,35
Pará	536.079,9	6.332.174	1.247.702,7	84,66	429,65
Rondônia	153.337,8	1.407.608	237.564,5	108,93	645,46
Roraima	13.755,3	336.423	224.118,0	40,89	61,38
Tocantins	233.428,4	1.183.809	277.297,8	197,18	841,80
Total	1.075.125,3	13.223.859	3.852.967,6	81,30	279,04

Fonte: (a) BASA – Sist. Controle de Operações
(b) IBGE – Contas Regionais do Brasil 1998-2001

A **tabela 6**, apresentada a seguir, demonstra que no exercício de 2003, os programas PRONAF, do setor rural, que atendem ao segmento da agricultura de base familiar, obtiveram apoio financeiro da ordem de **R\$ 233.115,9 mil**, gerando a ocupação de aproximadamente 77 mil novos postos de trabalho no campo, exclusivamente com mão-de-obra familiar, beneficiando mais de 19 mil famílias de pequenos agricultores, extrativistas, pescadores, entre outras categorias.

Juntamente com a geração de oportunidades de trabalho, outros objetivos são ainda alcançados, como a redução do êxodo rural, indução ao uso de matérias-primas e mão-de-obra locais. Tais fatores contribuem para maior geração de renda, bem como aumentam a demanda interna, estimulando o crescimento da arrecadação tributária e perspectivas da abertura de mercados, induzindo ao desenvolvimento regional.

Os resultados decorrem, em geral, da prioridade de atendimento aos pequenos produtores regionais, mediante a implementação de estímulos a projetos que conciliem três eixos básicos: viabilidade econômica, sustentabilidade ambiental e justiça social.

TABELA 6 OPERAÇÕES CONTRATADAS POR PROGRAMA E POR ESTADO

Exercício/2003

PROGRAMA / ESTADO	ACRE		AMAPÁ		AMAZONAS		PARÁ		RONDÔNIA		RORAIMA		TOCANTINS		TOTAL	
	QDE.	R\$ mil	QDE.	R\$ mil	QDE.	R\$ mil	QDE.	R\$ mil	QDE.	R\$ mil	QDE.	R\$ mil	QDE.	R\$ mil	QDE.	R\$ mil
1.RURAL	921	32.352,0	55	1.914,8	1.330	23.012,8	10.001	265.226,3	6.160	126.677,3	179	9.673,6	4.157	223.519,0	22.803	682.375,8
PRONAF "A"	425	4.217,2	35	482,2	471	5.019,6	5.248	63.060,5	1.981	21.636,9	111	1.038,3	1.901	22.625,1	10.172	118.079,8
PRONAF "A/C"	-	-	-	-	-	-	48	97,8	-	-	-	-	-	-	48	97,8
PRONAF AGREGAR	-	-	-	-	-	-	1	12.824,0	-	-	-	-	-	-	1	12.824,0
PRONAF-PRODEX	7	21,6	1	2,5	6	17,8	325	1.148,3	-	-	-	-	111	474,8	450	1.665,0
PRONAF-PRORURAL	350	3.715,0	2	35,8	670	7.538,9	3.548	39.312,5	3.478	40.322,6	9	94,2	598	9.430,2	8.655	100.449,3
PRODERUR	139	24.398,2	17	1.394,2	183	10.436,5	829	146.371,2	701	64.717,7	59	8.541,1	1.546	190.761,0	3.474	446.620,0
PROFLORESTA	-	-	-	-	-	-	2	2.411,9	-	-	-	-	1	227,9	3	2.639,8
2.INDUSTRIAL	35	7.446,2	7	2.007,8	57	71.790,4	479	270.853,6	120	26.660,5	33	4.081,6	53	9.909,4	784	392.749,6
COMSERV	19	4.584,7	6	1.820,2	32	10.339,1	75	21.906,0	63	9.456,5	23	1.659,4	37	7.240,2	255	57.006,0
EXPORTAÇÃO	1	899,9	-	-	-	-	362	131.429,6	41	2.525,8	7	942,1	-	-	411	135.797,5
PROAGRIN	-	-	-	-	-	-	4	23.400,7	4	12.996,6	-	-	1	187,3	9	36.584,6
PRODESIN	3	376,8	1	187,6	18	54.550,8	26	85.405,6	6	1.213,1	2	1.381,5	9	1.975,0	65	145.090,4
PRODETUR	1	208,0	-	-	-	-	2	5.470,8	-	-	-	-	1	66,9	4	5.745,7
PROINFRA	-	-	-	-	3	6.623,0	1	2.039,4	-	-	-	-	-	-	4	8.662,3
PROMIPEQ	11	1.376,7	-	-	4	277,5	9	1.201,5	6	468,5	1	98,7	5	440,1	36	3.863,0
Total	956	39.798,2	62	3.922,6	1.387	94.803,2	10.480	536.079,9	6.280	153.337,8	212	13.755,3	4.210	233.428,4	23.587	1.075.125,3

Fonte: BASA – Sist. Controle de Operações

Programas do segmento da agricultura de base familiar :
 PRONAF "A" , PRONAF A/C. PRONAF AGREGAR, PRONAF PRODEX, PRONAF PRORURAL
 Quantidade de contratações= 19.326 Valor contratado = R\$ 233.115,9

6 RESULTADO FINANCEIRO

Com base na *Demonstração de Rendas e Despesas* do FNO, exercício de 2003, verifica-se que as Rendas Operacionais, constituídas pelas operações de crédito e remuneração das disponibilidades, totalizaram R\$ 560.577 mil. Deduzidas as Despesas Operacionais, compostas pela despesa de administração do Banco, despesas com auditoria externa, despesas com renegociações e despesas com bônus de adimplência, no valor de R\$ 285.348 mil, o Resultado Operacional do Fundo alcançou, em 31/12/2003, o montante de **R\$ 275.229 mil**.

O Patrimônio Líquido do FNO totalizou **R\$ 4.848.014 mil**, correspondente aos repasses do Tesouro, R\$ 597.170 mil, mais os repasses do Tesouro nos exercícios anteriores, R\$ 2.919.078 mil; resultado de exercícios anteriores, R\$ 1.056.537 mil; e resultado do exercício, R\$ 275.229 mil, evoluindo **21,94%** em relação a 31/12/2002.

As operações de crédito com risco do Fundo totalizaram R\$ 2.275,0 milhões e as com risco compartilhado, R\$ 2.439,2 milhões. A provisão por bônus de adimplência foi de R\$ 242,5 milhões.

7 RESULTADO FISCAL

Examinando-se as metas fiscais do FNO - Exercício de 2003, quanto a movimentação de recursos, verifica-se que o efetivado superou em mais de 41% a estimativa existente, conforme demonstrado na Tabela 7, abaixo:

TABELA 7 - ACOMPANHAMENTO DAS METAS FISCAIS DO FNO-EXERCÍCIO 2003 - MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

R\$ milhões

	Estimativa (1)	Efetivado (2)	Varição % (2/1)
I .Reembolso de Crédito em 2003	248,1	506,9	104,3
✓ Amortização de Contratos	199,4	421,1	111,2
✓ Atualização Monetária do Disponível	48,7	85,8	76,2
II . Ingressos de Recursos via Repasse STN	532,2	597,2	12,2
Total (I+II)	780,3	1.104,1	41,5

Fonte: BASA-GERIN/GECON

Com relação à distribuição de recursos do FNO por unidade federativa, verifica-se que as metas previstas foram plenamente efetivadas nos estados do Amazonas, Pará Rondônia e Tocantins. No geral, a distribuição de recursos efetivada na Região superou em 79% a estimativa inicial, conforme demonstrado na Tabela 8, a seguir:

TABELA 8 – DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS DO FNO POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO

R\$ milhões

ESTADO	ESTIMATIVA (1)	EFETIVADO (2)	% (2/1)
ACRE	60,05	39,8	66,3
AMAPÁ	60,05	3,9	6,5
AMAZONAS	90,09	94,8	105,2
PARÁ	150,17	536,1	357,0
RONDÔNIA	90,08	153,3	170,2
RORAIMA	60,05	13,8	23,0
TOCANTINS	90,08	233,4	259,1
TOTAL	600,57	1.075,1	179,0

Fonte: BASA-GERIN/GERAC

8 AÇÕES VISANDO REDUÇÃO DA INADIMPLÊNCIA

Entre as medidas visando conter a taxa de inadimplimento, destaca-se a seletividade de clientes, a negociação das operações anormais e a intensificação do controle de risco e de cobranças. A primeira, vem sendo implementada graças à admissão de novos técnicos ao Banco, permitindo buscar projetos mais viáveis quanto ao aspecto técnico-financeiro, mediante análise de informações mercadológicas. Quanto à negociação de operações anormais, são mantidas reuniões com o SEBRAE, EMATER, INCRA, Federação dos Trabalhadores na Agricultura e sindicatos rurais, principais parceiros na divulgação dos vários normativos desse processo. Por outro lado, é importante mencionar que, paralelo a tais medidas, resta presente a preocupação quanto à função social do Fundo, visando possibilitar mais oportunidades de ocupação e renda à população, como também vem sendo dispensada especial atenção ao gerenciamento dos créditos com problemas de recuperação, com resultados positivos através da renegociação de ativos.

De forma proativa, o Banco vem adotando procedimentos gerenciais que permitem identificar prováveis estrangulamentos tanto na visão técnica, quanto na operacional, e, com isso, evitar anormalidades nas operações “em ser”.

Vale, contudo, ressaltar que a Lei nº 10.823/2003 prorrogou os efeitos da Lei nº 10.696/2003, estendendo para o dia 31.05.2004 a data limite de renegociação de dívidas decorrentes de operações contratadas junto ao Fundo, o que contribuiu para os atuais patamares de inadimplência.

A Tabela 9 expressa a posição do inadimplimento ao término do Exercício de 2003:

TABELA 9. INADIMPLÊNCIA DAS OPERAÇÕES POR ESTADO - posição Dezembro/2003

Período contratação = 1989 a 30.11.1998				R\$ Mil
ESTADO	OPERAÇÕES NORMAIS	OPERAÇÕES EM ATRASSO	OPERAÇÕES TOTAIS	op.at/op.tot. %
Acre	35.026	7.186	42.212	17,02
Amapá	38.196	66.445	104.641	63,50
Amazonas	66.994	59.331	126.324	46,97
Pará	693.200	493.923	1.187.123	41,61
Rondônia	170.930	55.418	226.348	24,48
Roraima	50.158	84.422	134.580	62,73
Tocantins	353.257	101.068	454.325	22,25
TOTAL	1.407.761	867.792	2.275.553	38,14

Fonte: BASA - Sist. Controle de Operações

Período contratação = 01.12.1998 a 31.12.2003				R\$ Mil
ESTADO	OPERAÇÕES NORMAIS	OPERAÇÕES EM ATRASSO	OPERAÇÕES TOTAIS	op.at/op.tot. %
Acre	114.949	4.587	119.537	3,84
Amapá	11.733	402	12.135	3,31
Amazonas	167.517	10.873	178.390	6,10
Pará	1.023.155	105.470	1.128.625	9,34
Rondônia	297.431	13.444	310.875	4,32
Roraima	14.423	7.307	21.730	33,63
Tocantins	672.692	28.970	701.662	4,13
TOTAL	2.301.900	171.053	2.472.953	6,92

Fonte: BASA - Sist. Controle de Operações

9.1. CRESCIMENTO ECONÔMICO

Os financiamentos concedidos com os recursos do FNO contribuíram para a alavancagem da economia regional. Foi registrado crescimento no *Valor Bruto da Produção (VBP)*, que, em 2003, alcançou o volume de R\$ 1.413,1 milhões, contribuindo para o incremento do valor agregado do produto regional mediante aumento na oferta de bens e serviços, geração de superávits na balança comercial e ingresso de novos produtos no portfólio regional. Esses fatores levaram, no campo socioeconômico, à redução do êxodo rural; à perspectiva de melhores remunerações e qualidade de vida aos trabalhadores; estímulo ao aproveitamento racional de recursos da natureza; à criação de oportunidades de trabalho para mini e pequenos produtores; e ao incremento de empregos gerados na indústria regional. Dessa forma, a ação creditícia do FNO, em 2003, proporcionou mais de **110 mil ocupações** entre empregos diretos e indiretos dos setores rural, industrial e comércio e serviços.

9.2. INCENTIVO AO COMÉRCIO E À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Complementando o elo da cadeia produtiva, foi disponibilizado o PROGRAMA DE APOIO AO COMÉRCIO E À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (COMSERV) voltado a priorizar investimentos nesse segmento econômico. Essa linha de financiamento está voltada à organização e modernização empresarial, mediante incentivo à produção, adaptação ou absorção de conhecimentos, bem como valorização de iniciativas de geração do conhecimento, de inovação e modernização tecnológica. No exercício de 2003, esse Programa foi responsável pela contratação de **255** operações, totalizando recursos da ordem de **R\$-57.006,0 mil**.

9.3. PRIORIDADE AO PEQUENO PRODUTOR/EMPRESÁRIO

Os recursos do FNO buscam atender, prioritariamente, segmentos produtivos de menor porte. Entre novembro de 1989 e dezembro de 2003 foram atendidos **175.407** produtores regionais - cooperativas, mini/micros e pequenos produtores e empresas - que absorveram recursos da ordem de **R\$ 4.086,3 milhões**, conforme indica a **tabela 10**.

PORTE DO BENEFICIÁRIO	RURAL		INDUSTRIAL		COMÉRCIO E SERVIÇOS		TOTAL			
	Nº OP.	R\$ mil	Nº OP.	R\$ mil	Nº OP.	R\$ mil	Nº OP.	%	R\$ mil	%
Mini/Micro	164.481	2.586.004,1	658	57.482,2	90	4.112,5	165.229	89,1	2.647.598,8	35,5
Pequeno	9.183	905.393,1	604	442.417,6	244	32.933,9	10.031	5,4	1.380.744,6	18,5
Médio	6.821	1.143.973,9	369	388.583,1	125	48.145,1	7.315	3,9	1.580.702,2	21,2
Grande	1.826	751.140,1	947	1.031.323,1	8	11.975,9	2.781	1,5	1.794.439,1	24,0
Cooperativas	145	55.411,0	2	2.512,1	0	0,0	147	0,1	57.923,1	0,8
TOTAL	182.456	5.441.922,2	2.580	1.922.318,1	467	97.167,5	185.503	100,0	7.461.407,8	100,0

Fonte: BASA - Sist. Controle de Operações

Obs.: valores atualizados pela variação cambial de dezembro/2003(US\$1,00 = R\$ 2,8892)

9.4. FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Em observância às diretrizes do Fundo, é dada prioridade à **agricultura de base familiar**. Essa medida permitiu que mais de **121 mil famílias** de pequenos agricultores, extrativistas, pescadores, fossem beneficiadas, através dos programas do FNO - Especial (PRONAF "A", PRONAF-PRODEX e PRONAF-PRORURAL), com apoio financeiro de **R\$1.829.670,3 mil**, como demonstra a **tabela 11**.

O apoio creditício gerou mais de **484 mil oportunidades de trabalho** no campo, exclusivamente com mão-de-obra familiar.

TABELA 11 OPERAÇÕES CONTRATADAS POR PROGRAMA – SETOR RURAL (NOV/89 A DEZ/2003)

ESTADO	R\$ mil									
	FNO – ESPECIAL						FNO OUTROS PROGRAMAS		TOTAL	
	PRONAF-PRODEX		PRONAF-PRORURAL		PRONAF "A"		N.º Op.	VALOR	N.º Op.	VALOR
N.º Op.	VALOR	N.º Op.	VALOR	N.º Op.	VALOR	N.º Op.	VALOR	N.º Op.	VALOR	
Acre	2.194	9.919,2	7.561	107.530,1	1.137	9.903,0	4.593	136.863,8	15.485	264.215,9
Amapá	152	494,2	593	4.857,9	636	5.317,9	3.252	87.536,0	4.633	98.206,0
Amazonas	893	8.125,3	5.431	93.825,5	1.383	12.329,3	6.108	155.774,4	13.815	270.054,5
Pará	3.336	18.075,6	46.724	821.709,6	11.928	146.621,4	19.576	1.558.179,4	81.564	2.544.586,0
Rondônia	145	260,9	20.473	356.606,6	6.404	55.569,0	9.945	357.818,6	36.967	770.255,1
Roraima	11	144,6	1.176	32.693,5	386	3.780,8	3.095	115.725,8	4.668	152.344,6
Tocantins	121	528,6	4.125	71.354,2	6.882	70.023,3	14.196	1.200.354,0	25.324	1.342.260,1
TOTAL	6.852	37.548,3	86.083	1.488.577,2	28.756	303.544,8	60.765	3.612.252,0	182.456	5.441.922,2

Fonte: BASA - Sist. Controle de Operações

Obs: Valores atualizados pela variação cambial de dezembro/2003 (US\$ 1,00 = R\$ 2,8892)

TABELA 12 MÃO-DE-OBRA OCUPADA (NOV.1989/DEZ.2003)

ANO	SETOR				TOTAL
	Agropecuária	Agroindústria	Indústria	Serviços	
1990*	2.376	101	255	1	2.733
1991	6.029	477	277	1	6.784
1992	15.299	2.248	300	1	17.848
1993	24.569	4.018	624	5	29.216
1994	39.456	7.184	1.296	27	47.963
1995	63.363	12.842	2.692	139	79.036
1996	101.756	22.959	5.593	718	131.026
1997	106.302	27.001	8.171	1.036	142.510
1998	111.051	31.755	11.938	1.495	156.239
1999	116.012	37.346	17.441	2.158	172.957
2000	121.195	43.921	25.482	3.116	193.714
2001	76.340	4.721	2.380	2.558	85.999
1º SEM/2002	23.274	9.885	1.924	2.026	37.109
TOTAL	807.022	204.458	78.373	13.281	1.103.134

Fonte: BASA - Gerência de Estudos Econômicos e Relações Institucionais

Nota: * o ano de 1990 incorpora os dados de 1989

Para aferição da mão-de-obra ocupada, adotou-se o desempenho intersetorial das atividades produtivas apoiadas pelo FNO na Região Norte. Estes valores foram obtidos empregando-se a Matriz de Contabilidade Social (MCS) de 1996 e os coeficiente de emprego direto do FNO.

A partir de novembro/2002 passou a ser utilizada a Matriz de Insumo Produto – MIP, mais ampla, em substituição à Matriz de Contabilidade Social – MCS, empregada nos procedimentos de cálculo até o 1º semestre/2002. Com base na MIP, os impactos estão a seguir dispostos:

EXERCÍCIO	OCUPAÇÃO DE MÃO DE OBRA		TOTAL	
	DIRETA	INDIRETA	EXERCÍCIO	ACUMULADO
2002	47.602	10.477	58.079	1.161.213
2003	95.207	15.623	110.830	1.272.043

Fonte: BASA - Gerência de Estudos Econômicos e Relações Institucionais

Importante mencionar a contribuição do PRONAF-PRODEX no resgate da cidadania dos povos da floresta (agroextrativistas, ribeirinhos e indígenas), ao proporcionar-lhes o direito de acesso ao crédito rural oficial. Através desse Programa foram atendidas mais de **6 mil** famílias de extrativistas, dedicadas à coleta do látex, castanha-do-pará, açaí, guaraná, cupuaçu, entre outros produtos da Região.

As ações de fortalecimento da agricultura familiar se complementam com a orientação das aplicações operacionais para os produtos da cesta básica (arroz, milho, feijão, mandioca, carne e leite), responsáveis pela alimentação da população.

9.5. FORTALECIMENTO DAS PARCERIAS INSTITUCIONAIS

Buscando o fortalecimento das ações creditícias do FNO, são intensificadas, sistematicamente, parcerias institucionais com diversas instituições públicas, em nível federal, estadual e municipal, sobretudo com aquelas que atuam diretamente na economia regional. O fortalecimento dessas parcerias tem refletido diretamente no desempenho operacional do FNO, especialmente quando se constata os benefícios que os recursos do Fundo geram para a Região e seus habitantes.

Para tanto, foram entabuladas negociações com vistas a acordos de cooperação operacional com as demais instituições financeiras federais que atuam na Região, para maior eficácia do fomento, racionalizando custos e disponibilizando melhores serviços à sociedade.

Houve, ainda, encontros com todos os Governadores da Amazônia Legal e Agentes Públicos e Privados da Região, em que foram trabalhadas políticas convergentes e consolidadas parcerias em prol do desenvolvimento, objetivando superar desníveis socioeconômicos, reduzir as desigualdades intra-regionais e obter subsídios para a reformulação das linhas de crédito, inclusive bases e condições operacionais, conforme a realidade regional.

9.6. INSERÇÃO DE MERCADOS

Considerando a importância socioeconômica da Região, o Banco vem ampliando suas relações com o mercado, buscando conquistar e ampliar as fronteiras de oferta dos produtos regionais.

A necessidade de ampliação das relações com o mercado levou o Banco a iniciar estudos quanto à possibilidade de criação de sua área internacional, bem como à implantação de um escritório de negócios no exterior, onde vários países já demonstraram interesses por produtos regionais.

A busca de novos mercados para os produtos regionais, procura responder aos anseios de modernização e competitividade do empresariado, como deve resultar em ações concretas de cooperação em benefício das atividades econômicas sustentáveis na Amazônia, sobretudo nas ações orientadas à inclusão social e promoção da cidadania.

Para aprimorar o cumprimento da sua missão institucional, o Banco iniciou estudos para identificar parcerias com organismos internacionais que possam contribuir para dinamizar os trabalhos que realiza regionalmente.

Esta iniciativa fortalecerá estrategicamente a Região, estimulando a ampliação de mercados e a maior competitividade dos produtos regionais, bem como conferindo uma nova dimensão à captação dos recursos de fomento e à atração de investimentos externos, tendo o meio ambiente como oportunidade de negócios sustentáveis.

Paralelamente, o Banco vem estudando a viabilidade quanto ao convite para atuação em parceria no projeto denominado Centro Logístico Avançado de Distribuição – CLAD, no Condado de Broward, no estado norte-americano da Flórida, por iniciativa do Governo do Estado do Amazonas e da Superintendência da Zona Franca de Manaus. Essa iniciativa visa proporcionar maior competitividade aos produtos exportados pelo Pólo Industrial de Manaus – PIM e Amazônia Ocidental, contribuindo para atingir a meta incremento de 25% de suas exportações.

10 METODOLOGIA PARA AFERIÇÃO DE RESULTADOS

Voltadas para as atividades de fomento e para a efetiva utilização dos recursos do FNO, são empreendidas ações planejadas em conjunto com os diversos segmentos socioeconômicos da Região.

O *Plano de Aplicação dos Recursos do FNO-2003* resultou da prática anual de ações de planejamento/avaliação, de forma a alcançar os objetivos pretendidos.

A etapa de planejamento consistiu na consolidação das propostas havidas nos *Encontros Estaduais de Planejamento para a Aplicação dos Recursos do FNO*, realizados em toda Região, sob enfoque participativo, envolvendo entidades representativas dos setores público e privado, identificando prioridades e os papéis de cada ator no desenvolvimento regional.

Cada uma das atividades prioritárias selecionadas é relacionada às áreas geográficas potenciais de cada estado, destacando as principais oportunidades que favorecem seu desenvolvimento, bem como as condições dificultadoras e ações necessárias para a eficiente alocação dos recursos e conseqüente alavancagem do desenvolvimento regional desejado pela sociedade.

Para a condução de cada atividade foram indicadas as entidades responsáveis, bem como, os parceiros institucionais e os resultados esperados com a gestão da ação. A atuação é realizada de forma compartilhada, buscando-se, sempre, alcançar resultados positivos em benefício de toda a coletividade.

Anualmente, a etapa de planejamento passa por um processo de revisão, com vistas a acompanhar e aferir sistematicamente a implantação dos Planos Estaduais, exercendo função normativa quando necessário.

Os resultados quantitativos desse sistema, aberto e compartilhado, que traduz as prioridades espaços-setoriais por meio das inversões realizadas, são aferidos pelo cálculo de uma **Matriz de Insumo Produto** (MIP), que permite a aferição quantitativa dos impactos socioeconômicos das aplicações, contemplando os multiplicadores de emprego e renda para cada setor de atividade, e os valores dos recursos contratados para cada atividade econômica, obtendo a dimensão do impacto estadual em termos do número de oportunidades de ocupação disponibilizadas, de forma direta e indireta, bem como Valor Bruto da Produção adicionado pelas ações de investimento efetivadas durante o período.

Esses indicadores representam uma ferramenta eficiente para a visualização dos reflexos gerados pela economia regional, abstraindo-se seu grau de dependência, os segmentos de maior destaque e as carências setoriais apresentadas, o que, sem dúvida, permitirá o direcionamento das ações do Fundo na homogeneização das ações em prol do desenvolvimento da Região.

11 SISTEMA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO FUNDO

No exercício de 2003, foram desenvolvidas ações para aumentar a efetividade na utilização dos programas de financiamento apoiados pelo Fundo, as quais consistem em:

1. Reuniões com autoridades estaduais e municipais visando sensibilizá-las da importância de reestruturar ou criar áreas destinadas a distrito industrial, desenvolver programas de capacitação e gestão empresarial, investir na melhoria das vias de acesso e escoamento da produção agroindustrial e incentivar o desenvolvimento do turismo local;
2. Divulgação, via mídia eletrônica, das diversas linhas de financiamento apoiadas pelo FNO;
3. Parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, para a realização de estudos sobre a competitividade de cadeias produtivas regionais: pecuária leiteira, pecuária de corte, fruticultura, grãos, pesca, avicultura, aquíicultura, café, cacau e turismo;

4. Encontros de planejamento para a aplicação dos recursos do FNO nos estados da Região Norte, contando com a participação de técnicos do Banco da Amazônia e representantes dos segmentos produtivos locais. Nesses encontros, desenvolvidos sob o enfoque participativo, o Banco da Amazônia forneceu os subsídios e diretrizes para formular o Plano Anual de Aplicação do Fundo, contemplando suas diretrizes e prioridades, a estrutura dos programas de financiamento e a previsão de recursos a serem alocados nos estados; e os Planos Estaduais de Aplicação, que tratam especificamente das questões pertinentes à realidade socioeconômica de cada estado, possibilitando tratamento diferenciado às ações necessárias à eficiência alocativa na aplicação dos recursos;
5. Atuação, nos sete estados da Região, dos Comitês Gerenciais e das Câmaras Técnicas do FNO.

Os Comitês Gerenciais, integrados por representantes do Banco da Amazônia e das instituições coordenadoras das Câmaras Técnicas, atuam no sentido de acompanhar a execução, pelas Câmaras Técnicas, das ações planejadas nas discussões de planejamento do FNO e apresentar às instituições governamentais responsáveis pela execução das políticas públicas as dificuldades e reivindicações para a viabilização das ações necessárias para a eficiência do FNO.

As Câmaras Técnicas, por sua vez, atuam visando executar as ações definidas nas discussões de planejamento do FNO e buscam o fortalecimento do sistema de parceria institucional através da intensificação do processo de articulação entre as instituições envolvidas com o planejamento da aplicação dos recursos do FNO. Há duas Câmaras Técnicas: uma formada pelas entidades que atuam nas áreas de *assistência técnica/ capacitação e treinamento/ pesquisa e tecnologia (Câmara Técnica de Suporte à Produção)* e outra pelas entidades que atuam nas áreas de *infra-estrutura/ mercado (Câmara Técnica de Logística e Mercado)*. Essas Câmaras Técnicas reúnem as entidades responsáveis, direta e indiretamente, pela execução das ações planejadas.

12 AÇÕES DE SUPORTE À EFICIÊNCIA DO CRÉDITO

O Banco da Amazônia desenvolve a atividade de fomento na Região, interagindo com a sociedade, buscando ampliar vantagens comparativas que assegurem a sustentabilidade dos investimentos, voltados à ampliação e modernização das atividades produtivas.

O objetivo é alcançar um padrão de financiamento de apoio à economia real compatível à visão estratégica de desenvolvimento regional a médio e longo prazos, com base na incorporação de tecnologias limpas e no incentivo ao desenvolvimento de atividades inovadoras.

A distribuição dos recursos creditícios é pautada pela obediência às normas de legislação ambiental, além de funcionar como instrumento de ordenamento territorial e de promoção da sustentabilidade do meio ambiente.

A partir de maio/2003, o Banco foi fortalecido com a cooperação e envolvimento de órgãos públicos federais e estaduais, obtendo condições mais favoráveis para atuar no desenvolvimento sustentável da Região Amazônica.

No segundo semestre/2003, foram ampliados os contatos e desenvolvidos trabalhos em conjunto com agentes públicos e privados de cada Estado da Região Norte, favorecendo as contratações desse ano e promovendo o planejamento participativo das aplicações dos recursos do FNO para o período 2004-2006.

O Banco busca a eficácia da ação creditícia ampliando e fortalecendo alianças com os atores envolvidos no processo de desenvolvimento. Apóia programas voltados à capacitação da mão-de-obra para os setores turístico, rural, agronegócio, à produção comunitária e incentiva o crescimento empresarial de base tecnológica, sobretudo por meio de incubadoras em parceria com universidades.

A linha de atuação foi concebida a partir do conceito de Operações-Programa, que orientam a aplicação dos recursos, atendendo tanto aos princípios do desenvolvimento sustentável quanto às prioridades estratégicas de cada estado da Região, apoiando iniciativas convergentes às suas vocações socioeconômicas.

A fim de aprofundar e disseminar conhecimentos fundados em técnicas atualizadas voltadas aos pequenos negócios foi firmado convênio com entidades da Região para cooperação técnica na operacionalização dos recursos do FNO.

O crédito está direcionado, prioritariamente, aos mini e pequenos produtores rurais, com ênfase na agricultura familiar, às micro e pequenas empresas e ao apoio às iniciativas relacionadas à inclusão social, segurança alimentar e nutricional, melhoria da base tecnológica na produção e à erradicação do trabalho escravo e infantil.

Desta forma, fica enfatizado o associativismo como meio de organização da produção regional, expandindo operações e incentivando o processamento local de matéria-prima de origem florestal e, a formação de arranjos produtivos locais (APL's) visando à geração de emprego e internalização de renda.

Esta atuação vem transformando a matriz econômica regional, por meio do aumento da produtividade de atividades tradicionais e da introdução de novas tecnologias e atividades sustentáveis, alterando o panorama econômico da Região, com mudanças significativas nas relações setoriais.

Os recursos do FNO contribuíram para a valorização do potencial da fruticultura regional. O Banco apoiou empreendimento, que, em 2003, absorveu a produção de 1.033 famílias, localizadas em quatorze municípios, que deverá irradiar impactos positivos para vinte e nove municípios do nordeste paraense, beneficiando quatro mil agricultores familiares.

Neste ano, o FNO também proporcionou condições para o uso múltiplo dos recursos florestais e reforçar o conceito de florestania, que significa a cidadania para os povos da floresta. As atividades baseadas no manejo sustentável dos recursos naturais mereceram especial atenção. Com iniciativa pioneira no país, o Banco criou programas de financiamento específicos e destinou recursos de diversas fontes para imprimir dinamismo ao setor.

A pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico ampliam a competitividade da economia regional e identificam novas oportunidades de investimento. Em apoio às linhas de financiamento do FNO, o Banco participa do Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Pesquisas na Amazônia.

Em 2003, foram concluídas pesquisas, publicados trabalhos e celebradas parcerias para proporcionar apoio ao processo decisório de novos investimentos, constituindo-se importantes ferramentas de suporte para planejar o desenvolvimento sustentável.

Cabe ainda destacar, que a estratégia para o desenvolvimento regional adotada pelo Banco, direcionando aplicações em apoio aos Arranjos Produtivos Locais (APL's), passou a

se constituir uma orientação que deverá ser acompanhada pelas demais instituições federais na gestão dos fundos constitucionais.

13 NORMAS PARA ESTRUTURAÇÃO E PADRONIZAÇÃO DOS BALANÇOS

Através de Portaria Interministerial Nº 388, de 31 de dezembro de 2003, assinada conjuntamente pelos ministérios da Fazenda, da Integração Nacional e do Controle e da Transparência, foi instituído Grupo de Trabalho Interministerial – GTI – incumbido da realização de estudos e elaboração de propostas para definição de normas para estruturação e padronização dos balanços e balancetes do FNO, conforme preceituado no artigo 8º, da Lei 10.177, de 14.01.2001.

O GTI é composto de representante do Ministério da Fazenda, Ministério da Integração Nacional e da Controladoria-Geral da União, indicados pelos titulares das respectivas pastas. Os trabalhos deverão ser apresentados no prazo de noventa dias, contados da publicação da Portaria, ocorrida em 8 de janeiro de 2004.

14 ATENDIMENTO ÀS RECOMENDAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Em observância à recomendação da Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional, o Banco elabora, em conjunto com órgãos públicos e entidades classistas, através de planejamento participativo, planos anuais de destinação de recursos, contemplando ações que visam alcançar a eficiência alocativa, bem como solucionar problemas estruturais internos detectados nos Estados da Região.

15 ACOMPANHAMENTO DE ACÓRDÃO Nº 175/2002 - TCU

Em cumprimento ao teor do item 8.6 do Acórdão nº 175/2002, do Tribunal de Contas da União – TCU, relativo ao Processo nº 007.857/1999-3, publicado no D.O.U. de 20/05/2002, prestamos as seguintes informações sobre o empreendimento objeto da Cédula de Crédito Industrial nº FMI-ME-027990360-0, responsabilidade da empresa SALTUR – Saldanha Soluções e Turismo Ltda, no município de Guajará Mirim (RO):

- Em despacho, datado de 07.04.2003, a Diretoria do Banco autorizou a adoção de medidas judiciais cabíveis, inclusive o enquadramento da mutuária por defraudação de garantias, em virtude da operação encontrar-se em situação de anormalidade (saldo vencido na época de R\$ 943.471,00); pelo desaparecimento de 629 animais, que se encontram gravados ao financiamento, e por haver expirado o prazo de 60 dias concedido à empresa para apresentar:
 - a) a licença de operação, a qual foi solicitada inúmeras vezes, desde julho de 2000, aquando do início das atividades do hotel, tendo a mutuaría alegado a existência de um imbróglio local IBAMA-SEDAM, responsável pela concessão do documento;
 - b) reposição de garantias em valor suficiente para atender à margem regulamentar de 130% sobre o valor do saldo devedor da operação, em virtude de naquela época representar apenas 71%;
 - c) balanços patrimoniais dos exercícios de 2000, 2001 e 2002, bem como balancete recente – mínimo de 60 dias – com suas respectivas demonstrações de resultados;
 - d) balanços patrimoniais da sua controladora dos exercícios de 2000, 2001 e 2002, com suas respectivas demonstrações de resultados.

- Embora autorizada pela Diretoria do Banco, a dívida não chegou a ser ajuizada, pelo fato de que a Gerência Regional de Rondônia haver informado que estava buscando um entendimento no sentido de encontrar uma alternativa para uma negociação da dívida, tendo sugerido a criação de uma equipe de trabalho formada por técnicos do Banco para efetuar o estudo;

- O empreendimento foi visitado pela advogada Monamares Gomes Grossi, lotada na Gerência Regional de Rondônia, com a finalidade de proceder o levantamento sobre o passivo trabalhista da empresa, bem como sobre as demais ações em curso junto à Justiça Comum. Na ocasião, foi constatado o seguinte:
 - a) devido acordo efetuado pela SALTUR e o Ministério Público do Trabalho está depositado em juízo o equivalente a 40% do valor bruto arrecadado pela empresa, sendo debitado também o encargo devido ao administrador dos créditos/débitos, nomeado judicialmente;

- b) no período compreendido entre 10.07.2002 a 18.08.2003 foi repassado à Justiça do Trabalho um total de R\$ 67.320,69, possibilitando o pagamento de 23 reclamantes, de um total de 81 reclamações trabalhistas;
 - c) o valor total da dívida, até maio/2003, era de R\$ 283.595,68, conforme dados constantes nos autos da Ação Cautelar Inominada, movida pelo Ministério Público do Trabalho contra a empresa;
 - d) oficial de justiça tem se dirigido diariamente ao hotel, a fim de verificar a ocupação do mesmo e efetuar a penhora do valor existente em caixa;
 - e) existem 22 ações em curso na Justiça Comum, sendo 16 de natureza fiscal. As ações perfazem um total nominal de R\$ 149.692,00;
- Está agendada para 2004, missão de visita ao empreendimento para verificação dos seguintes pontos:
- a) conservação do empreendimento, ocupação turística e fonte dos recursos;
 - b) contato com a empresa sobre atitude que busque solução definitiva para o impasse, incluindo reestruturação da dívida, com entrada de novo sócio;
 - c) cobrança dos números contábeis da empresa, que comprovam seu nível operacional, bem como dos seus débitos e credores, para iniciar estudo e subsidiar a tomada de decisão que passa pelo equacionamento das seguintes variáveis:
 - reestruturar a dívida;
 - atualizar e fornecer demonstrações contábeis;
 - atuar paralelamente junto ao TCU e ao IBAMA;
 - dívidas fiscal e trabalhista;
 - completar o hotel para viabilizar receitas;

- parceria com empresas que produzem pacotes turísticos;
- articular programas de governo federal, estadual e municipal;
- articular operadoras de turismo;

João Batista de Melo Bastos

Diretor, no exercício da Presidência